

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Agostinho Patrús - **PSDB**
1º-Vice-Presidente: Wanderley Ávila - **PSDB**
2º-Vice-Presidente: Sebastião Navarro Vieira - **PFL**
3º-Vice-Presidente: (licenciado)
1º-Secretário: Rêmoló Aloise - **PMDB**
2º-Secretário: Maria José Haueisen - **PT**
3º-Secretário: Ibrahim Jacob - **PDT**
4º-Secretário: Ermano Batista - **PL**
5º-Secretário: Antônio Júlio - **PMDB**

- 1- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 2- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
Discursos Proferidos em 20/12/95

O Deputado Arnaldo Penna* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não poderia esta Casa deixar de ter nos seus anais a notícia da eleição e da posse do Desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, ainda há pouco presidindo a AMAGIS, na condição de Presidente da Associação de Magistrados do Brasil.

Este acontecimento se reveste de uma especial significação para a cultura jurídica de Minas Gerais, uma vez que o Desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, dono de uma brilhante carreira em nossa magistratura, conquistada exclusivamente com fundamento em sólidos e amplos conhecimentos jurídicos, se vê agora guindado à presidência da associação de classe dos magistrados de todo o Brasil.

Por tudo que conhecemos de sua biografia, até porque dele fomos colega de bancos escolares, temos plena convicção de que a AMB, sob a presidência do Desembargador Paulo Geraldo de Oliveira Medina, não se limitará a apenas ser um órgão de classe, com desempenho puramente corporativista, mas será uma alavanca democrática, pronunciando-se sobre os acontecimentos momentosos do País, assumindo posições teóricas e práticas em favor daqueles que se encontram marginalizados, tanto da ação política do Estado, como da ação reparadora da justiça.

Temos certeza de que, doravante, as grandes teses que ora dividem a opinião pública, tais como o controle externo do Poder Judiciário, o juizado de pequenas causas, a flexibilização da justiça trabalhista, a redefinição da estabilidade na função pública, a humanização das penitenciárias, a consolidação dos direitos da mulher, a concretização dos direitos do consumidor, a efetivação do amparo à criança e ao adolescente, ao velho e ao trabalhador sem terra, todos esses temas encontrarão, na atuação do Presidente da AMB, uma palavra de reflexão e de posicionamento perante os poderes constituídos da Nação.

A preferência do Desembargador Paulo Geraldo Medina pelos mais humildes, ou em situação de desigualdade perante os colégios judicantes, deita raízes no mais íntimo de sua personalidade, cultivada no seio de uma família de acendrados pendores éticos. Originário da Zona da Mata, cujo venerando pai, já morto, fez da vocação jurídica do filho o mais alto galardão dos ideais de afirmação social da família, o ilustre Desembargador destaca-se nacionalmente, com voz firme em defesa de ideais democráticos.

O Desembargador Paulo Geraldo Medina, na simplicidade de seus hábitos, na firmeza e na determinação de sua conduta, na profundidade e na segurança de seus conhecimentos, elevará o nome de Minas Gerais e se destacará na galeria dos grandes juristas e

paladinos das mais nobres causas deste apreensivo momento que se avizinha do fim do século.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa, público aqui presente, diante da celeuma que se criou nos últimos dias com relação à suposta reposição salarial dos funcionários do Banco do Brasil, gostaríamos de trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados uma nota da Confederação Nacional dos Bancários, filiada à CUT, e da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil.

Gostaríamos de esclarecer que esse reajuste salarial está aquém do conquistado pela categoria dos bancários em todo País, que conseguiu um reajuste de 30%. Portanto, dos 25% recebidos pelos funcionários do Banco do Brasil, 20,9% já foram pagos em setembro, antes do dissídio, antes da decisão agora questionada pelo Governo Federal, e apenas 3,35% foram resultado do dissídio coletivo. (- Lê:)

"Banco do Brasil: O Que Não Se Disse sobre os 25%.

Ministros e o próprio Presidente da República, FHC, vêm martelando, nos últimos dias, que os 25% de reajuste salarial concedidos pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST - podem inviabilizar o Banco do Brasil e prejudicar a política de contenção inflacionária.

Contando com o desconhecimento da maioria da população e da má-fé de muitos, o Governo Federal busca pressionar o TST na tentativa de descaracterizar o pagamento da inflação de julho e agosto e impedir, assim, o fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores, que querem tão somente a reposição da inflação aos salários.

Quanto à afirmação de que a reposição ameaça o Plano Real, nada mais falso, já que antes mesmo dessa decisão todas as estimativas apontavam que a inflação deveria atingir 30% nos próximos 12 meses.

Enquanto isso, a direção do Banco afirma através dos jornais que pretende recorrer da sentença, o que terá efeito meramente protelatório, com o objetivo de jogar o pagamento para o ano que vem, amenizando assim os sucessivos prejuízos que a gestão Paulo César Ximenes vem registrando neste exercício.

A bem da verdade, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, que representa cerca de 80% dos funcionários e os principais sindicatos do País e que negociou com a atual administração ao longo dos últimos 4 meses, esclarece:

1 - o banco não demonstrou durante todo esse processo vontade de encontrar uma solução negociada para a campanha. Como demonstração cabal dessa indisposição, que contradiz o discurso da livre negociação do Governo, a iniciativa de recorrer ao TST foi da direção do Banco, evidentemente, orientada pelo Governo;

2 - o funcionalismo do Banco do Brasil e a Comissão de Empresa têm compromisso com a livre negociação e apresentaram durante todo o processo de negociação alternativas que poderiam resultar em um acordo. É bom lembrar que os mesmos sindicatos que estão representados na Comissão de Empresa firmaram acordo com a rede privada, através da Convenção Coletiva dos Bancários, sem qualquer interferência da Justiça do Trabalho. Fato, aliás, que vem se repetindo nos últimos quatro anos;

3 - a incompetência da direção do Banco e a relação de submissão total aos interesses escusos do Governo Federal, que rebaixou o Banco do Brasil a "Caixa 2", são os responsáveis pela atual crise, que já somou prejuízo de R\$4.200.000.000,00 e gerou uma série de "micos", como a securitização da dívida dos ruralistas, o pagamento de multas ao Eximbank por conta da não-utilização de empréstimo destinado ao Projeto SIVAM e os bilhões destinados ao Econômico e ao Nacional através do interbancário;

4 - as ameaças de demissões para compensar o reajuste concedido pelo TST em nada contribuem. O Plano de Demissão Voluntária, além de desempregar mais de 13 mil trabalhadores, instalou nas agências a insegurança e a insatisfação do funcionalismo e, como consequência, a deterioração dos serviços e a pressão dos clientes. A falta de funcionários vem sendo enfrentada com a realização de horas extras não pagas e a contratação de estagiários e trabalhadores avulsos, fatos denunciados esta semana pela Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil à Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília.

Comissão de Empresa dos Funcionários do BB

Confederação Nacional dos Bancários - CNT-CUT".

O Deputado Geraldo Rezende - O crepúsculo de mais um ano legislativo. E, neste fechar de ano, não podia e não quero deixar de estar presente nesta tribuna, por mais uma vez, até para comentar sobre os últimos acontecimentos a respeito da famosa pasta cor-de-rosa, que está demonstrando que, na eleição de 1990, até o Sr. Presidente da República, Prof. Fernando Henrique Cardoso, recebeu dinheiro do Banco Econômico, assim como o Sr. Antônio Carlos Magalhães e algumas figuras ilustres da República.

Isso não é condenável. Não é para estar havendo esse alarde, porque não existe político na face da terra, principalmente na terra brasileira, que não receba ajuda financeira. Isso é hipocrisia: chegar aqui na tribuna ou pregar nos palanques que não

recebeu ajuda. Todos recebem. Todos os partidos recebem. Todos, individualmente, recebem. Não adianta negar, todos recebem. Vamos parar com essa hipocrisia. O Sr. Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, da seleção brasileira, que hoje é Ministro, nasceu em Três Corações, e, dentro daquela santidade mineira, recentemente fez uma declaração à imprensa, dizendo que esse Congresso não vale nada. Há muito tempo ele vem achincalhando o Congresso. No entanto, mostraram uma documentação que prova que o Ministro está envolvido, também, com o bingo. Mas ninguém falou mais sobre o assunto. O Pelé está, sim, envolvido com o bingo, conforme documentação demonstrada na TVS. Ora, meu Deus do Céu, vamos, pelo menos, encerrar o ano colocando a cabeça no travesseiro e podendo dizer: "Terminei um ano em que, pelo menos, falei a verdade ao povo", e não: "encerrei o ano mentindo ao povo, escondendo a realidade do povo".

Mas, como estamos no crepúsculo do ano, espero que no renascer de um novo ano, nós, que fazemos parte dessa Casa Legislativa, e os que compõem o Congresso Nacional tenhamos um pouco mais de seriedade quando formos tratar de assuntos tão delicados, e não fiquemos falando de pasta rosa e pasta de não-sei-o-quê. Meu Deus do céu, todo mundo está cansado de saber disso. Não é apenas o político que recebe doação para campanha política; todo mundo recebe.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, continuando o balanço do ano, quero falar sobre a minha alegria, da minha satisfação e da minha consciência do dever cumprido, talvez falando aqui, pela última vez este ano, da tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Nesta oportunidade, quero prestar uma homenagem a cada um dos companheiros que aqui estiveram, neste Plenário, independentemente de partido, por essa convivência fraterna que tivemos durante o ano, discutindo idéias e aprofundando-nos nos debates das questões políticas, sociais, econômicas, históricas e futuroológicas do Estado de Minas Gerais. Sou um homem muito feliz porque tive a consciência tranqüila de poder debater com os meus sábios colegas, eleitos para esta Casa, assuntos da maior relevância. Portanto, é grande a minha alegria em participar de uma Assembléia tão seleta como esta. Discutimos e divergimos em nossas idéias, mas, quando estamos fora do Plenário, sempre encontramos uma mão amiga, um abraço de um amigo fraterno, disposto a saber como está sua vida privada e particular. Acho que realmente esta Assembléia é democrática.

Sr. Presidente, esta Assembléia tem sido conduzida de maneira soberana por V. Exa., e diria que, na pessoa de V. Exa., toda a Mesa é de primeira qualidade, que permite as discussões nesta Assembléia de forma democrática, em que todos expõem suas idéias, porque V. Exa. dá essa abertura. Quero parabenizá-lo pela direção da Mesa, a todos os componentes da Mesa e também aos familiares de todos os Deputados, desejando-lhes um feliz Natal e um ano de 1996 cheio de glórias, cheio de debates salutares, aqui, nesta Assembléia, como ocorreu durante o ano de 1995.

Gostaria de pedir desculpas se exagerei em algumas colocações feitas desta tribuna, mas quero dizer que foram feitas de coração, foram feitas com a absoluta liberdade, que eu, como democrata, tenho para expor e debater minhas idéias.

Gostaria de agradecer a compreensão que todos os Deputados, cada um de per si, tiveram para com este parlamentar. Nesta oportunidade, quero também agradecer, fundamentalmente, à equipe do meu gabinete, que me tem dado a sustentação política necessária para o desenvolvimento do meu trabalho nesta Assembléia Legislativa.

Quero também cumprimentar, desejando-lhes um feliz Natal e um ano de 1996 cheio de glórias, todos os funcionários desta Casa, desde as comissões, a assessoria da Mesa, as assessorias parlamentares, aos limpadores, aos zeladores, isto é, às pessoas que prestam serviços à Assembléia através da ADSERVIS. Quero, de coração, desejar a todos os funcionários um feliz Natal e um feliz 1996.

Encerrando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, espero que, em 1996, este humilde colaborador desta Casa Legislativa possa, novamente, mostrar e debater suas idéias de forma democrática, como ocorreu em 1995. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado João Batista de Oliveira* - Sr. Presidente, Sra. Secretária, Deputada Maria José Haueisen, colegas Deputados, provavelmente, esta será a última vez, este ano, que ocupo esta tribuna e, quisera eu, com um assunto mais agradável. No entanto, venho hoje a esta tribuna, após ouvir algumas declarações do Governador do Estado e do Secretário da Casa Civil sobre os dados relativos à educação em Belo Horizonte.

Após tentarmos inutilmente conversar na Prefeitura, fizemos um levantamento com dados fornecidos, de maneira informal, por pessoas da própria Secretaria. Fiquei perplexo com o resultado, Sr. Presidente. Através do balanço fornecido pela Secretaria Municipal da Educação, chegamos à conclusão de que a Prefeitura de Belo Horizonte diminuiu em 3 mil o número de oferta de vagas para o pré-escolar, para o ano de 1996. A Prefeitura, que, há três anos, tinha 8 mil alunos no pré-escolar, agora conta com 5 mil alunos.

Tal fato nos dá uma tristeza muito grande, porque nós, da Frente BH-Popular, lutamos muito para que o ensino pré-escolar fosse considerado, fosse ampliado. No entanto, assistimos, com tristeza, a Prefeitura diminuir em quase 50% o número de vagas para o

pré-escolar.

Como se não bastasse, para o próprio ensino fundamental, ou seja, da 1ª à 4ª séries, o número de vagas oferecido para 1996 pela Prefeitura é menor do que o número de vagas oferecido no ano de 1995.

Gostaria de dizer ainda, Sr. Presidente, que as 500 vagas do ensino especial que a Prefeitura tinha há cinco anos são as mesmas registradas hoje, pois não houve a criação de nenhuma vaga. Pelo contrário, diminuíram-se as vagas. Causa-nos grande constrangimento, como membro da Frente BH-Popular, ter que recorrer ao Ministério Público para garantir vaga para criança excepcional na escola, ano que vem. É triste saber que um Governo em que o Prefeito e 80% dos Secretários são professores dá esse tratamento à educação. Gostaria de ressaltar que a nossa insatisfação não significa um afastamento nem quer dizer que deixamos de acreditar na Frente BH-Popular. Mas entendemos que a Frente está acima do Governo, que está discursando para os pobres e governando para os ricos. O discurso do Vice-Prefeito Célio de Castro, que é do meu partido, e do Prefeito Patrus Ananias leva uma mensagem aos excluídos e continua governando para a classe média de Belo Horizonte. Estamos assistindo, neste momento, em Belo Horizonte, a uma campanha. Não consigo me encontrar com o Prefeito. Já faz quatro ou cinco meses que tento conversar com ele, mas ele não me recebe. Tenho informações apenas através da imprensa. É a mídia da Prefeitura informando, auferindo popularidade ao nosso Governo. Não ando muito na classe média. Circulo nas classes mais populares, nas favelas e na periferia de Belo Horizonte, e não consigo auferir essa popularidade atribuída ao Governo. Gostaria que o nosso Governo resgatasse seus compromissos com as classes menos favorecidas da nossa cidade. É impossível a um Governo que sempre teve na educação sua principal proposta de trabalho virar as costas, como fez com a educação. Ano que vem vai faltar vaga no ensino fundamental em Belo Horizonte. Gostaria de dizer que vamos procurar o Governo do Estado para saber o que a Secretaria da Educação vem fazendo. Como Deputado eleito nesta cidade, como Vereador que fui em Belo Horizonte, estamos preparando ações junto ao Ministério Público para garantir vagas para crianças, em um Governo de professores omissos.

Gostaria de comunicar aos colegas Deputados e ao Sr. Presidente que já apresentamos um requerimento à Comissão de Educação desta Casa, que vai promover uma audiência pública com a presença das Secretarias Municipal e de Estado da Educação, para trazer a esta Casa o que cada uma delas vem fazendo, qual a oferta, o que cada uma vem colocando à disposição da população de Belo Horizonte. Gostaria muito de não estar fazendo este pronunciamento aqui, mas, como temos membros da Frente BH-Popular, um Governo que é uma ação entre amigos, nós, que somos políticos, precisamos discutir publicamente, da tribuna, esta questão. Não temos a oportunidade de discutir no seio da Frente BH-Popular, porque temos um Executivo Municipal que não discute nesses termos, discute com meia dúzia de amigos e acabou. Enquanto isso, a população de Belo Horizonte assiste a uma campanha publicitária nunca vista antes, pelo menos não durante os 12 anos em que fui Vereador. Com tristeza, venho dizer que essa omissão está afetando exatamente as crianças mais pobres da nossa cidade. Nós, que esperávamos que a educação fosse a grande alavanca para a transformação da sociedade de Belo Horizonte, com uma nova mentalidade do poder público, estamos assistindo ao que já vínhamos assistindo há muitos anos: maquiagem na cidade e publicidade massacrante, o que é muito triste.

Como Vice-Presidente do PSB em Minas Gerais, fazemos parte da Frente BH-Popular e vimos dizer que não concordamos, não corroboramos, não compartilhamos dessa prática e que, ainda hoje, estaremos comunicando ao nosso representante no Executivo Municipal de Belo Horizonte, o Vice-Prefeito Célio de Castro, que não concordamos definitivamente com a forma com que o Governo está conduzindo suas promessas, rompendo com os excluídos desta cidade e elegendo a classe média seu principal alvo. Isso é pior quando é feito por nós e não por nossos adversários.

Um Governo eleito com um discurso para a categoria mais sacrificada da população, um Governo popular socialista, no nosso entendimento, tem uma missão muito mais forte do que os governos conservadores de direita.

Gostaria de comunicar que estaremos, hoje, entrando em contato com o Vice-Prefeito, Célio de Castro, e o Prefeito, Patrus Ananias, para comunicar-lhes, se nos derem a oportunidade de uma visita pessoal, o que vem acontecendo.

Vamos participar dessa audiência pública com a Secretaria da Educação e, inclusive, se for o caso, apurar responsabilidades com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque uma missão dessa natureza, seja da Prefeitura de Belo Horizonte ou do Governo do Estado, é uma missão criminosa para com as crianças desta cidade. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Francisco Ramalho* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicio meu pronunciamento citando um sacerdote da cidade mineira de Cláudio, Pe. Lázaro de Assis Pinto: "O homem só é homem quando diz: lembrei-me de você e senti saudade. O homem não é sozinho, não vive egoisticamente e os outros fazem parte do

seu eu."

A citação do Padre Lázaro é o exemplo do que o homem deve cumprir nesta terra. E no momento em que se aproxima o Natal, aproveito, também, para lembrar as palavras de Cristo: "Amai-vos uns aos outros e ao próximo como a ti mesmo."

O nosso trabalho no Legislativo vem tendo a ressonância da união, do amor e da paz. Como Líder da Bancada do PSDB, desejo, primeiro, agradecer a meus pares pela confiança em mim depositada. Depois, agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Agostinho Patrús, aos demais membros da Mesa e a todos que se empenharam num trabalho árduo de defender os interesses do povo e do Poder Legislativo. Neste trabalho, posso dizer com orgulho que o PSDB caminhou unido, especialmente na aprovação de projetos de interesse da gente mineira.

O PSDB trabalhou arduamente em comissões temáticas, ouvindo representantes de vários segmentos para a tomada de posição e realçando o sentimento de democracia que deve imperar nesta Casa Legislativa. Com maioria representativa nesta Casa, tivemos a oportunidade de demonstrar nossa força e coesão. Sabemos todos das dificuldades da economia, mas neste último ano houve um grande esforço para a consolidação do Plano Real, que beneficiou as camadas menos favorecidas. Estamos sentindo que não é um plano para os atravessadores, mas para quem trabalha e produz.

O reflexo do empenho na consolidação do Plano Real pôde ser notado em todo o País. Já temos provas de que aquele que trabalha e produz está feliz. Para nós do PSDB, a persistência é a demonstração de que todos somos capazes de conseguir o que buscamos.

O homem caminha democraticamente rumo à liberdade, que é o tom de Minas Gerais - uma Minas hoje também orgulhosa de ter como Governador o Dr. Eduardo Azeredo. E é nessa união, num ritmo acelerado de trabalho, que vamos conhecer o desenvolvimento tão sonhado.

Desta Casa, estamos dando nossa contribuição e haveremos de continuar sonhando com uma Minas progressista que busca seu lugar de vanguarda.

Daqui deste Plenário, podemos encher o peito de orgulho e dizer bem alto que nosso trabalho parlamentar é totalmente voltado para os interesses do povo, quer nas comissões, quer nos acalorados debates para aprovação de projetos, quer na união de esforços para o bem comum, todos estamos na luta e nela vamos continuar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessoria, galeria, imprensa, gostaria de, ao findar nossos trabalhos do 1º ano legislativo da 13ª Legislatura, chamar a atenção dos Deputados desta Casa para assunto importante para Minas Gerais, principalmente para nossa economia.

Gostaria de ler um editorial do jornal "Estado de Minas", publicado no começo deste mês de dezembro, sobre assunto relacionado não só com a economia mineira mas também e, principalmente, com os trabalhos desta Casa Legislativa. Refiro-me ao importante setor do turismo.

Pediria aos Srs. Deputados que, ao retornarem às suas cidades, refletissem um pouco sobre a questão e considerassem, com a devida importância, no ano que vem, nos trabalhos legislativos, os assuntos referentes a turismo. Tenho a certeza de que esta Casa terá a oportunidade de manifestar-se sobre esse importante setor. Passo a ler agora, para a reflexão dos Srs. Deputados, o editorial do "Estado de Minas". (- Lê:)

"Turismo É para Ser Levado a Sério

Concordam todos os diagnósticos, mesmo os elaborados pelos "experts" estrangeiros, que Minas Gerais apresenta um grande potencial turístico, destacando-se entre as mais privilegiadas regiões do mundo. No entanto, explora muito pouco este ramo da moderna economia, que é hoje o primeiro do mundo em movimentação financeira, calculada em torno de U\$3,2 trilhões, em 1995, com previsão de que dobrará este valor até o final do século. O Brasil já explora mal o turismo, em que pese ao crescimento do número de visitantes no Nordeste nos últimos cinco anos. E Minas Gerais não alcança nem 15% deste bolo, embora tenha posição privilegiada no mapa brasileiro, com cidades históricas e estâncias hidrominerais interligadas por boas rodovias, dotadas de boa infra-estrutura hoteleira e de alimentação.

O Seminário Legislativo "Turismo: Caminho das Minas" produziu um documento, elaborado com a participação de agentes, empresários, setores públicos, que é um diagnóstico e uma denúncia. Espera-se que a Assembléia Legislativa transforme a maioria das 55 propostas em emendas à Constituição, projetos de lei complementar ou de lei ordinária, entre outras conseqüências. E que o Governo do Estado estude com seriedade a principal proposta, que é a criação de uma Secretaria de Estado do Turismo, em condições operacionais de atuar no estímulo ao setor. Não há como duvidar da qualidade destas propostas, que resultaram de discussão longa e intensa de 48 entidades e que trazem, portanto, a legitimidade dos maiores interessados e que têm vivência na área.

Para se ter o turista, não basta o atrativo natural, histórico, artístico ou de lazer: o visitante necessita, para motivá-lo, de um composto de serviços, cuja informação o alcance no seu ponto de residência. O meio de transporte, a agência de

viagem, a promoção verdadeira e motivadora, a hospedagem, a alimentação, os preços, os guias turísticos, o material de divulgação, tudo isso precisa ter qualidade contínua. Os pacotes, instrumentos modernos de captação de clientes e de segmentação do mercado, não podem deixar de ser elaborados. E Minas ainda se acha bastante longe de poder competir com outros centros internacionais e mesmo brasileiros. Grande parte de todo esse trabalho cabe ao setor público realizar. E é aí que o desastre mineiro fica maior. Não há um plano, os órgãos não têm recursos, a atuação é pobre e casuística, sem modernidade e capacidade de influência real.

É o turismo o setor da economia que mais estimula o consumo de bens e serviços. E, por isto, é o que mais gera empregos e salários. E empregos na mão-de-obra de maior oferta e de maior necessidade de ocupação. Além disto, exige poucos investimentos e o retorno é em médio prazo. Mas se descobriu que a magia maior do turismo é seu poder civilizatório e transformador. Como ocorreu no Pelourinho, é capaz de transformar áreas degradadas e deprimidas em zonas de crescente valor econômico. O turismo é uma vocação e uma riqueza inexplorada de Minas Gerais. O Nordeste brasileiro tem no turismo hoje sua principal atividade econômica. E ficamos de fora, quando poderíamos estar interligados em roteiros comuns. É hora de o setor ser levado a sério."

Eu gostaria de comentar com os companheiros, Deputados e Deputadas, que, uma vez que o nosso Estado e a nossa Capital precisam, cada vez mais, de desenvolverem e incrementarem o turismo, o Governador do Estado teve a oportunidade, a determinação e a firmeza de definir o local da construção do Centro de Feiras e Exposições onde hoje funciona o Parque Bolívar de Freitas, que cuida quase somente de exposições agropecuárias. Acho que agora não cabe mais ficarmos discutindo o acerto ou não dessa definição, porque achamos que a principal necessidade e vontade do "trade" turístico é a definição do local da construção desse centro de exposições. O Governo alocou no orçamento do Estado para 1996, votado ontem à noite nesta Casa Legislativa, uma verba para a participação efetiva do Governo do Estado na construção do Centro de Feiras e Exposições no Parque da Gameleira.

Cabe, agora, participação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, talvez de prefeituras municipais da Região Metropolitana da nossa Capital, e, principalmente, participação efetiva do segmento empresarial do Estado de Minas Gerais, para que a nossa Capital disponha, em médio prazo, deste centro de feiras e exposições.

Notem, Srs. Deputados e Deputadas, que não me refiro à expressão "centro de convenções", porque esse nós temos, com suas limitações, mas funciona relativamente bem, que é o centro de convenções denominado Minascentro.

Precisamos, na verdade, de um centro de feiras e exposições, e essa questão é que tem que ser discutida.

O editorial que acabei de ler precisa repercutir em Belo Horizonte, cidade que precisa ter vivência cosmopolita e, sobretudo, oferecer àqueles que nos visitam, de outras cidades do interior de Minas, de outras cidades do Brasil e de outros países do mundo, um estabelecimento onde essas feiras e essas exposições possam se realizar, para que a nossa Capital tenha um sentido internacional, mas, acima de tudo, para que seja destacada por seus habitantes, pelos filhos de Belo Horizonte, que devem enaltecê-la em contatos com outras pessoas do Brasil e do mundo, a fim de que venham conhecê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, quero parabenizar o ilustre conterrâneo José Castilho Pereira pela posse, no dia 18/12/95, em Brasília, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em cerimônia a que presenciei.

Formado em Direito pela PUC, em 1960, começou uma trajetória profissional séria e dedicada. De 1961 a 1974, lecionou no ginásio e, posteriormente, no Colégio Estadual Imaculada Conceição, de Pedro Leopoldo.

Foi o primeiro Presidente da Fundação Cultural de Pedro Leopoldo, entidade mantenedora de cursos de licenciatura que a PUC promovia nessa cidade. Atualmente, é professor de Direito do Trabalho em cursos de pós-graduação no Centro de Ensino Unificado, - CEUB -, em Brasília.

Gostaria de citar algumas de suas atividades profissionais na área de Direito: em 1961, foi nomeado, por concurso público, Promotor de Justiça na Comarca de Conquista, cargo do qual foi exonerado, a pedido, antes de tomar posse; foi advogado em Pedro Leopoldo de 1961 a 1964; em 1964, foi nomeado Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região; em 1979, foi promovido a Juiz do Trabalho e Presidente da 8ª Junta de Conciliação e Julgamento de Brasília, DF; em 1991, foi promovido a Juiz do Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região, com sede em Brasília; em 1994, foi eleito Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, cargo que ocupa atualmente, com mandato até 1996.

No biênio 92-94, foi Presidente da primeira turma do referido Tribunal e, hoje, é o primeiro Diretor da escola desse Tribunal.

Diante de tão grandiosa carreira, não poderia deixar de lembrar esse nome que é, hoje, orgulho de Pedro Leopoldo e, por que não dizer, de Minas Gerais.

Quero também fazer uma homenagem à Sra. Orcanda, que, com seriedade e responsabilidade, se dedica a esta organização.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ocupamos a tribuna nesta tarde, em nome da Bancada do PT, para comunicar que estamos encerrando as nossas atividades como Líder da bancada do partido e dizer que, a partir do próximo ano, teremos outro companheiro na Liderança da Bancada do PT.

Queríamos, nesta oportunidade, agradecer aos Líderes, à Mesa e também aos servidores desta Casa, que contribuíram conosco no decorrer deste ano. Sentimo-nos extremamente felizes porque tivemos o privilégio de ser indicados pela nossa bancada para estar à frente dela. Queremos dizer que a nossa bancada continuará atuando da mesma forma como sempre atuou.

Quando se encerra mais um ano, queremos que haja um novo comportamento nesta Casa referentemente à relação com o Poder Executivo. Entendemos que o Poder Legislativo precisa manter o seu poder e travar uma relação harmoniosa, mas nunca de subserviência, com o Poder Executivo e o Poder Judiciário.

Esperamos sinceramente que possamos fazer, neste final de ano e no próximo, uma reflexão sobre o comportamento que adotamos, para que em 1997 possa ser assegurada a autonomia deste Poder e, acima de tudo, seja possível recuperar, de fato, a força do Estado de Minas Gerais.

Vivemos momentos difíceis em nível nacional, em que o processo de estabilização tem levado a grande desemprego. Além disso, o Governo prepara medidas, reformas que entendemos importantes, como a questão da reforma tributária, que deveria ser prioritária. Também muito nos preocupa a reforma da Previdência Social, para a qual os trabalhadores, mais uma vez, se organizaram, demonstrando que, em primeiro lugar, antes de se fazerem modificações, é preciso ouvir, é preciso debater. A CUT e a Força Sindical uniram-se para dizer ao Governo que não aceitarão modificações impostas, de cima para baixo, retirando conquistas históricas da classe trabalhadora no que diz respeito à Previdência.

O ano de 1996 será marcado por uma grande luta, e a reforma da Previdência será um dos grandes embates que o País irá viver. Também a questão da terra continuará sendo um dos temas de destaque na vida nacional. Esperamos que Minas Gerais possa dar sua real contribuição nessa matéria. Não conseguimos nosso objetivo no tocante ao orçamento, mas esperamos que, no próximo ano, o Estado destine recursos para levantar suas terras devolutas, que deverão ser colocadas a serviço da reforma agrária.

É importante, também, que se faça a reforma administrativa, que se encontra em debate. Precisamos respeitar os servidores públicos, que muito têm contribuído para o crescimento e a força deste País. Não podemos responsabilizá-los por tudo, e sim valorizá-los. Conseguiremos, certamente, melhorias para essa categoria, através de planos de carreira que, infelizmente, ainda não votamos para vários setores do funcionalismo público.

Queremos dizer, para finalizar, que teremos debates importantes no próximo ano, como a questão da Universidade do Estado, que será reestruturada, e do Conselho de Desenvolvimento Científico, tema que absorverá grande espaço de tempo desta Casa, devido à sua importância. É fundamental que o Poder Legislativo não se omita diante de questões tão graves.

Finalizando, Sr. Presidente, queremos agradecer esta oportunidade, dizendo que continuaremos dando nossa contribuição e apoiando nosso Líder, cuja indicação será objeto de discussão nesta tarde e que poderá contar conosco, a fim de que continue desenvolvendo o trabalho que cabe à Bancada do PT nesta Casa. Ao PT, cabe fazer oposição ao Governo, mas uma oposição que propõe, que discute, que debate. Uma oposição que, de fato, possa estar à altura dos anseios do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao projeto. Venho a esta tribuna para fazer pequeno comentário sobre as palavras do Líder do PT nesta Casa, na sua despedida da Liderança, já que, no próximo ano, cremos na harmonia desta Casa e a teremos. Por isso mesmo, solicitamos ao Governo do Estado que continue fazendo um bom trabalho, pois sempre terá o apoio desta Casa. Mais importante nesta harmonia é cumprir a palavra e os compromissos feitos com a população mineira, já que sabemos, perfeitamente, que, no próximo ano, teremos um ano difícil, um ano de decisões, de eleições municipais. Sabemos, acima de tudo, da confiança que esta Casa tem no Governo do Estado. Que o Governador continue cumprindo todos os compromissos com a população mineira. Ele tem que entender que todas as promessas feitas à população para este ano terão que ser cumpridas, como serão cumpridos todos os tratados feitos com esta Casa, para que possamos continuar com a mesma harmonia entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Esta hora é de meditação, quando poderemos saber se vamos contar com o Governo no próximo ano, se as reivindicações da população mineira serão atendidas. O fim do ano está próximo. Nós, Deputados, vamos entender a palavra de compromisso do Governador Eduardo Azeredo. Vamos saber se poderemos continuar contando com S. Exa., com sua palavra, mostrando, acima de tudo, que é um Governo de palavra, que cumpre todos os compromissos feitos com esta Casa. Porque, se esses compromissos não forem assumidos e cumpridos pelo Governador Eduardo Azeredo, no próximo ano ficarão o descrédito e a desconfiança. Nessa reta final, só temos que pedir ao Governo que cumpra todos os compromissos e continue governando o Estado com a mesma seriedade com que vem tratando o Poder Legislativo, respeitando as palavras e os compromissos assumidos.

Parabenizo a atitude e o comportamento do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, que teve a maior seriedade durante a Liderança do Deputado Gilmar Machado. E, pelo pouco que pude conhecer do PT, se pudesse indicar um nome para ser Líder desse partido no próximo ano, sem dúvida nenhuma, indicaria o Deputado Durval Ângelo pela competência, harmonia e pelo respeito com que dirigiu a Bancada do PT. Sem dúvida nenhuma, ele terá compromisso com o Executivo, esse compromisso de seriedade com o povo mineiro na Liderança e na Bancada do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/12/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria da Assembléia, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 25/11/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, Nelson Malheiros Cabral, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

TERMO DE CONTRATO

Termo de Aditamento

(Prorrogação e Alteração)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: ASSPROM.

Objeto: serviços de trabalhadores-mirins.

Vigência: 1º/10/95 a 30/10/96.
